

## Acordos fazem de texto sucessão de conflitos

BRASÍLIA — Quem esperava que o novo projeto de Constituição fosse uma versão enxuta da proposta anterior ainda vai ter que esperar o próximo, que Bernardo Cabral apresentará no dia 10 de setembro. O projeto divulgado essa semana contém várias normas conflitantes, resultado de composições que o relator promoveu à direita e à esquerda. O projeto diz, por exemplo, que é vedada toda e qualquer censura de natureza política e ideológica, mas suas linhas depois estabelece a censura para o que atentar contra o "bom costume" ou incitar à violência.

No artigo 226, o projeto define empresa nacional como aquela em que o controle decisório e de capital votante é exercido por brasileiros em caráter permanente, exclusivo e incondicional. Quanto à empresa estrangeira, deixa claro que não será encarada como bicho-papão. O artigo 227 até diz que os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos dentro do interesse nacional, acrescentando que a intervenção do Estado no domínio econômico só acontecerá para atender aos imperativos de segurança nacional.

**Conflitos** — Acontece que quem ler esses dispositivos e saltar para a leitura dos artigos 288 e 289 não vai entender nada. Ali está dito

que o mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a realizar apenas a autonomia tecnológica e cultural do Brasil. Num parágrafo único dispõe-se que o estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão o país para a concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado, e utilizarão preferencialmente bens e serviços ofertados por empresas nacionais.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) denunciou a contradição patenteada nesses artigos. "Como o Poder Público vai incentivar apenas a autonomia tecnológica e cultural do país, se nem os Estados Unidos fizeram isso?", pergunta ele. De acordo com o deputado, o país poderá ser levado a se isolar artística, cultural e cientificamente por critérios xenófobos.

Artigo conflitante também é o 246, que atribui à União competência para desapropriar, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social. Acontece que no capítulo dos "Direitos Individuais", artigo 6º, o projeto assegura a qualquer proprietário de terra o direito de obter do Poder Público uma declaração de que seu imóvel cumpre função social, o que constituirá uma forma permanente de livrar a terra de desapropriação.

## Inovação não passa no crivo

Os mais inflexíveis críticos do projeto de Bernardo Cabral reconhecem que uma virtude ele tem: extirpou do texto em elaboração desde abril uma boa quantidade de redundâncias, embora tenham desaparecido também as novidades trazidas por algumas propostas. Caiu o artigo que igualava o homem e a mulher em direitos e obrigações, com a ressalva das funções decorrentes da gestação, parto e aleitamento. Caiu também o artigo que tornava a pessoa sujeita de direitos "a partir do nascimento com vida".

Acontece que, nessa cirurgia, foram anuladas conquistas de movimentos de peso, como os *lobbies* da mulher e do negro. Desapareceu o artigo que estabelecia, entre os direitos individuais, a garantia da existência digna. E o *lobby* dos homossexuais saiu derrotado com a exclusão do dispositivo que proibia a discriminação por preferências sexuais. Nesse artigo, ficaram protegidos contra preconceitos apenas o nascimento, etnia, raça, cor, idade e sexo.

**Eliminações** — Entre os princípios fundamentais, o texto anterior dispunha que era finalidade do estado "construir uma sociedade na qual o acesso aos valores fundamentais da vida humana" fossem iguais para todos. Caiu com esse dispositivo o artigo que, entre os direitos sociais, garantia ao brasileiro o direito ao trabalho. Outro princípio fundamental extirpado foi o que definia o Brasil como uma nação "instituída pela vontade do povo". Pela nova definição, o Brasil é "uma nação fundada na comunhão dos brasileiros".

Os relatores do atual projeto tiveram também o cuidado de retirar do texto a norma que classificava no nível de professor titular os atuais professores adjuntos IV, do quadro das instituições de ensino superior do sistema federal de ensino público. Cairam também dois artigos que o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) considerava intocáveis: os que garantiam o direito à liberdade e à felicidade, as principais novidades dessa Constituição.

## Plenário vai unir adversários

### Exigência de 280 votos para modificar projeto impõe tática de aliança

Agláé Lavoratti

BRASÍLIA — Sem nenhum constrangimento os líderes do PT, do PCB e do PC do B, deputados Luís Inácio da Silva, Lula; Roberto Freire e Haroldo Lima, todos com propostas constitucionais progressistas, somarão seus votos ao do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), da ala moderada, na tentativa de derrubar o voto distrital misto, caso a Comissão de Sistematização mantenha esse sistema eleitoral. Esse é apenas um exemplo dos tipos de alianças que ocorrerão no plenário da Constituinte. Enquanto os grupos analisam com quem poderão unir-se, alguns constituintes se dedicam a intermináveis cálculos porque cada voto pode ser decisivo. Para modificar qualquer item do projeto, são necessários 280 votos, e nenhum segmento político ou ideológico da Assembléia tem este número.

O Centro Democrático do PMDB, integrado por parlamentares de centro-direita, já fez os cálculos, através do deputado Basílio Villani (PR), e concluiu que, no partido, 120 votos são progressistas, 117 moderados e 67 ainda desconhecidos.

A assessoria dos PDS levantou os votos considerados de direita e concluiu que, fechados, existem 212 constituintes divididos em todos os partidos. Também no PDT, um assessor apelou para os cálculos e garante que existem 116 votos de esquerda fechados, 79 de direita e 105 de centro, não opinando sobre os demais 259 constituintes. O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), que transita com desenvoltura pelo Congresso, diz que existem 95 votos de esquerda, 167 de direita e cerca de 100 votos de centro.

Comparando as quatro listas, o esprelho da Constituinte é mais animador para a direita, a chamada ala conservadora, porque conta com 237 votos, ou seja, 42% dos 559 constituintes; a esquerda tem 148 votos seguros, ou 26% da Assembléia. O centro — aqueles parlamentares que oscilam ora para a esquerda ora para a direita — representa 143 votos, 25% da Constituinte, dividi-

dos em 49 de centro-esquerda, 62 de centro-direita e 27 flutuantes. O cruzamento das listas mostra que existem 36 constituintes — 6% dos votos — que não tiveram suas posições identificadas.

**Composições** — Para os itens constitucionais ideológicos, não existe alternativa a não ser o consenso, porque o grupo que não conseguir incluir pelo menos parte de suas propostas no projeto da Comissão de Sistematização não terá força para fazê-lo depois em plenário. No entanto, nem todos os temas são ideológicos e, para votar ponto por ponto, as alianças já começam a se formar.

A questão do sistema de governo vai reunir no voto os que seguem a orientação do palácio do planalto, o PT e o PDT. Dessa forma, o presidente Sarney, Lula e Leonel Brizola jogam tudo no presidencialismo, o que colocará lado a lado no plenário os deputados Brandão Monteiro, Ulysses Guimarães e o próprio Lula e o senador Marco Maciel.

A esquerda estará totalmente dividida, porque os partidos comunistas e o MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB votarão pelo parlamentarismo. Como a questão não é ideológica, já se pode encontrar numa mesma reunião, articulando a votação, o deputado Victor Faccioni (PDS-RS) e o senador José Fogaça (PMDB-RS), inimigos políticos no Rio Grande do Sul mas, agora, aliados em favor do parlamentarismo.

Também pode se repetir o diálogo entre o deputado José Genoíno (PT-SP) e seu histórico inimigo ideológico Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), ocorrido durante a votação do sistema eleitoral: "Vamos lá, Robertão, agora é a nossa vez", disse Genoíno abraçando Robertão na hora de votarem contra o voto distrital misto.

Para o deputado Lúcio Alcântara, o que sairá da Comissão de Sistematização é praticamente a nova Constituição, porque dificilmente serão reunidos 280 votos contra o projeto. "Além disso", disse, "poucos temas irão empolgar no plenário a ponto de reunir os 280 votos. Acredito que somente reforma agrária, sistema de governo, anistia e mandato do presidente Sarney conseguirão mobilizar e, mesmo assim, é difícil reunir 280 votos para derrubar o que for aprovado na Sistematização".